



SIMULADO ESPECIAL

# TRT PR

**Analista Judiciário – Área Judiciária**

**Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador Federal  
Pós-Edital**

# Simulado Especial

Simulado TRT PR - Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal - Pós edital

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT PR;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-PR-Analista-Oficial-de-Justiça-06-08-22>

- |            |            |            |
|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE |

**PORTUGUÊS**

Janaina Arruda

É compreensível imaginar que, dentro do contexto de uma arte de tantos séculos como o teatro, o clichê “nada se cria, tudo se copia” já seja uma máxima. Alguns estudiosos da dramaturgia dizem que tal frase é perfeitamente aplicável. O curioso, no entanto, é constatar a rapidez com que o cinema, que tem menos de 120 anos de vida, tem incorporado essa máxima.

No século 21, é em Hollywood que essa tendência aparece com maior força. Praticamente todos os sucessos de bilheteria da indústria cinematográfica norte-americana são adaptações de quadrinhos, livros, videogames ou programas de TV que fizeram sucesso. A indústria da adaptação tornou-se tão forte que existe uma massa de escritores com contratos fixos com alguns estúdios, o que significa que escrevem obras literárias já pensando em sua adaptação para o cinema. O roteiro original, portanto, tornou-se um artigo de luxo no cinema norte-americano.

Em Hollywood, tal fenômeno é compreensível. A razão para que haja uma alta sem precedentes das adaptações é o medo do risco em tempos de crise econômica, que faz com que os estúdios apostem em histórias já testadas e aprovadas por leitores. Essa estratégia, apesar de não garantir êxito de bilheteria, reduz o risco de apostar todas as fichas em histórias inéditas.

No Brasil, as adaptações também viraram moda, uma vez que, nos primeiros anos do século 21, os filmes mais comentados vieram de livros e outras formas de expressão artística.

(Adaptado de: BALLERINI, Franthiesco. Cinema Brasileiro no Século 21: reflexões de cineastas, produtores, distribuidores, exibidores, artistas, críticos e legisladores sobre os rumos da cinematografia nacional. Edição digital. São Paulo: Summus Editorial, 2012)

**01.** Considerando as ideias expostas no texto, depreende-se corretamente:

- a) O cinema nunca foi inovador, pois sempre buscou em histórias de sucesso as suas apostas de gravação
- b) A máxima mencionada no início do texto é um pressuposto das informações que serão apresentadas
- c) O teatro é mais antigo que o cinema, por essa razão faz uso de reproduções já consagradas
- d) o cinema e o teatro são tipos de arte que usam, exclusivamente, das inovações para atrair o público
- e) A cópia de histórias de sucesso é o único meio de sustentar as bilheterias cinematográficas.

**02.** Considere as informações abaixo:

- I. No trecho “O curioso, no entanto, é constatar a rapidez com que o cinema, que tem menos de 120 anos de vida, tem incorporado essa máxima”, a alteração do conectivo “no entanto” para o início da oração não compromete a ideia ou a gramática do texto.
- II. Infere-se do trecho “No século 21, é em Hollywood que essa tendência aparece com maior força” que Hollywood foi responsável por tornar a máxima com a qual o texto é iniciado um fato.
- III. No trecho “Em Hollywood, tal fenômeno é compreensível”, o tremo “tal” desempenha função catafórica.

Está correto o que consta em

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) III
- e) II

**03.** No Brasil, as adaptações também viraram moda, uma vez que, nos primeiros anos do século 21, os filmes mais comentados vieram de livros e outras formas de expressão artística.

No contexto, o elemento sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por:

- a) por conseguinte
- b) no entanto
- c) apesar de
- d) já que
- e) devido a

**04.** O roteiro original, portanto, *tornou-se* um artigo de luxo no cinema norte-americano.

O verbo abaixo que apresenta a mesma transitividade do verbo destacado encontra-se em:

- a) nada se cria, tudo se copia
- b) reduz o risco de apostar
- c) os estúdios apostem em histórias já testadas
- d) os filmes mais comentados vieram de livros

e) as adaptações também viraram moda

**05.** o cinema, que tem menos de 120 anos de vida, tem incorporado essa máxima.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) tem sido incorporada
- b) tinha sido incorporada
- c) foi incorporada
- d) teria sido incorporada
- e) é incorporada

**06.** Mantém-se a correção na seguinte redação alternativa de um segmento do texto:

- a) O autor atribui à máxima a responsabilidade na escolha das histórias a serem contadas.
- b) Opõe-se nas decisões dos cineastas as relações entre boa e má bilheteria.
- c) Planejadas, as peças teatrais contemporâneas, que dá voz ao povo, sempre haverá bilheteria.
- d) Considerada a melhor forma de não errar na história, peças consagradas sempre garantem aprovação.
- e) Seja no teatro ou no cinema, o expectador gosta de uma boa história.

**07.** A indústria da adaptação tornou-se tão forte que existe uma massa de escritores com contratos fixos com alguns estúdios

No trecho destacado, a relação existente entre as orações é, respectivamente de:

- a) consequência e causa
- b) causa e efeito
- c) comparação e causa
- d) causa e comparação
- e) comparação e consequência

**08.** Está plenamente adequada a pontuação no seguinte período:

- a) Por mais que lute, o autor, não tria sua obra consagrada pela crítica.

b) O autor, lutando bravamente entre os diretores, de cinema, conseguiu a sua atualização no roteiro.

c) O roteiro, ainda que desnecessário, em parte, para o andamento da obra, seria fundamental para o final.

d) Para uma boa demonstração era preciso que o roteiro fosse explicado.

e) Mas, ele não queria explicar todos os erros do roteiro.

**09.** \_\_\_\_\_, no cinema, alguns críticos e intelectuais que, como o russo Sergei Eisenstein, \_\_\_\_\_ conhecimento teórico sobre a linguagem cinematográfica e, em determinado momento, \_\_\_\_\_ colocar suas teorias em prática.

(Adaptado de: BALLERINI, Frantjesco. Op. cit.)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima os verbos:

- a) Surge, possuem, decidem
- b) Surgirão, possuirão, decide
- c) Havia surgido, possui, decidirão
- d) Surgiram, possuíam, decidiram
- e) Surgiriam, possuíssem, poderiam decidir

**10.** é constatar a rapidez **com que** o cinema, que tem menos de 120 anos de vida, tem incorporado essa máxima.

Sem prejuízo para a correção gramatical, o segmento sublinhado acima pode ser substituído por:

- a) com cuja
- b) com a qual
- c) em que
- d) de que
- e) a qual

#### MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO-LÓGICO

Eduardo Mocellin

**11.** Em um curso presencial de Raciocínio Lógico,  $\frac{3}{5}$  dos alunos matriculados são homens. Em um determinado dia de aula,  $\frac{2}{3}$  dos homens e  $\frac{4}{5}$  das mulheres compareceram, totalizando 180 alunos presentes.

O total de homens matriculados é:

- a) 100  
b) 125  
c) 150  
d) 200  
e) 250
- 12.** Trabalhando em conjunto, dois servidores do TRT9 – Arnaldo e Bernaldo – gastaram 3 horas e 20 minutos para arquivar certa quantidade de processos. Sabendo que, sozinho, Arnaldo teria arquivado todos os processos em 5 horas de trabalho ininterrupto, o esperado é que, sozinho, Bernaldo seria capaz de realizar tal tarefa se trabalhasse por um período de
- a) 9 horas.  
b) 9 horas e 20 minutos.  
c) 9 horas e 40 minutos.  
d) 10 horas.  
e) 10 horas e 20 minutos.
- 13.** Um supermercado pretende anunciar uma promoção de 30% em todos seus produtos. Para evitar uma queda muito grande da receita do estabelecimento, o gerente desse supermercado aumentou todos os preços em 20% antes de anunciar a promoção.
- Realizada a promoção, o desconto final do qual os clientes puderam usufruir foi de:
- a) 8%  
b) 10%  
c) 12%  
d) 14%  
e) 16%
- 14.** Um servidor do TRT9 recebeu um lote de processos físicos com 132 processos do tipo A e 156 processos do tipo B. Ele deverá distribuí-los em caixas iguais, contendo, cada uma, a maior quantidade possível de um único tipo de processo. Considerando que todas as caixas deverão receber a mesma quantidade de processos, o número de caixas necessárias para essa distribuição é
- a) 24  
b) 16  
c) 12  
d) 8  
e) 4
- 15.** Foi estabelecido que um determinado grupo de servidores do TRT9 não pode utilizar ou só chapéu ou só relógio no tribunal. Tampouco os servidores desse grupo podem usar óculos, chapéu e relógio ao mesmo tempo. Quinze servidores do grupo usam óculos e chapéu ao mesmo tempo. Usam chapéu e relógio, simultaneamente, o mesmo número de pessoas que usam apenas os óculos. Uma pessoa do grupo usa óculos e relógio ao mesmo tempo. Esse grupo de servidores do TRT9 é formado por 50 pessoas. Sabendo-se que nesse grupo todos utilizam ao menos um acessório dentre chapéu, relógio e óculos, essas informações são suficientes para afirmar que nesse grupo o número de pessoas que usam óculos é
- a) 25.  
b) 27.  
c) 29.  
d) 31.  
e) 33.
- 16.** O dia 31 de julho de 2022 foi um domingo. Sendo assim, é correto afirmar que o dia 02 de fevereiro de 2024 será:
- a) quarta-feira.  
b) quinta-feira.  
c) sexta-feira.  
d) sábado.  
e) domingo.
- 17.** Os termos da sequência (2, 5, 8, 4, 8, 12, 6, 11, 16, ...) são regidos por uma lei de formação. A soma do décimo primeiro e do décimo segundo termos dessa sequência, obtidos segundo essa lei, é
- a) 34  
b) 35  
c) 36

d) 37

e) 38

18. Considere a proposição: "Se Pedro é estudioso, então ele será aprovado". Uma proposição equivalente a essa é:

- a) Se Pedro não é estudioso, então ele não será aprovado.
- b) Pedro é estudioso e não foi aprovado.
- c) Pedro não é estudioso ou foi aprovado.
- d) Se Pedro não foi aprovado, então ele é estudioso.
- e) Pedro é estudioso ou não foi aprovado.

19. Alguém diz: "não é verdade que se Pedro come lasanha, Joana bebe suco." É logicamente equivalente dizer:

- a) Se Joana não bebe suco, então Pedro não come lasanha.
- b) Pedro não come lasanha ou Joana bebe suco.
- c) Pedro come lasanha ou Joana não bebe suco.
- d) Pedro não come lasanha e Joana bebe suco.
- e) Pedro come lasanha e Joana não bebe suco.

20. Considere as afirmações:

I. Se Eduardo é encanador, então Fernando é flautista.

II. Carlos é corredor ou Diego é diretor.

III. Arnaldo é assaltante ou Bruno é baterista.

IV. Se Diego é diretor então Arnaldo é assaltante.

Sabe-se que as afirmações II e III são verdadeiras e que as demais são afirmações falsas.

A partir dessas afirmações é correto concluir que

- a) Arnaldo é assaltante e Diego é diretor.
- b) Carlos é corredor ou Arnaldo é assaltante.
- c) Bruno é baterista e Eduardo não é encanador.
- d) Eduardo é encanador e Carlos é corredor.
- e) Bruno é baterista ou Fernando é flautista.

**DIREITO DO TRABALHO**

Antônio Daud

21. Afrodite é empregada da empresa Deus Gregos Ltda., atuando na função de garçomete, há menos de um ano. Afrodite recebe salário-fixo de R\$ 2.200,00, mais as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço, que no último mês totalizaram R\$ 1.000,00.

Caso a empregada venha a ser dispensada sem justa causa, o valor utilizado para cálculo do seu aviso prévio será:

- a) R\$ 2.200,00, pois as gorjetas não entram no cálculo do aviso prévio.
- b) R\$ 3.200,00, uma vez que as gorjetas entram no cálculo do aviso prévio, sejam oferecidas espontaneamente ou cobradas na nota de serviço.
- c) R\$ 1.200,00, dado o abatimento do valor das gorjetas sobre o salário.
- d) R\$ 2.200,00, porquanto somente as gorjetas oferecidas espontaneamente poderiam ser incluídas na base de cálculo do aviso prévio.
- e) R\$ 3.200,00, na medida em que apenas as gorjetas cobradas na nota de serviço entram no cálculo do aviso prévio.

22. Ao final de cada período de prestação de serviço por parte do empregado intermitente, o empregador deverá

- a) pagar, no prazo máximo de cinco dias úteis, as parcelas devidas.
- b) pagar as parcelas devidas no prazo máximo de cinco dias.
- c) pagar de imediato as parcelas devidas, exceto o 13º proporcional, que deverá ser pago até 20 de dezembro de cada ano.
- d) pagar de imediato as parcelas devidas, incluindo as férias proporcionais acrescidas do terço constitucional.
- e) pagar de imediato as parcelas devidas, exceto as férias proporcionais acrescidas do terço constitucional.

23. Sobre os direitos constitucionais dos trabalhadores domésticos, julgue os itens abaixo:

- I. Para os trabalhadores domésticos, a remuneração do trabalho extraordinário com adicional de, no mínimo,

50% da hora normal é direito que depende de regulamentação para ter eficácia.

II. Após a promulgação da EC 72/2013, os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) e as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) são reconhecidos para os trabalhadores domésticos.

III. A Constituição Federal estende aos trabalhadores domésticos a participação nos lucros ou resultados da empresa.

Está correto APENAS o que se diz nos itens:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

**24.** Julgue os itens abaixo:

I. Como efeito conexo do contrato de trabalho, a indenização por dano estético ocorrerá quando o empregado for submetido a situação indignante, que fira sua honra ou imagem.

II. É direito constitucional do empregado o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, que exclui eventual indenização, quando o acidente decorre de dolo ou culpa.

III. O empregado tem direito à reparação de danos, o que não ocorre com o empregador, já que este não poderia pleitear a reparação de danos causados pelo trabalhador.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) nenhum dos itens.

**25.** Julgue os itens abaixo:

I. Não constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a prática de ofensas físicas no serviço contra qualquer pessoa em legítima defesa de outrem.

II. Em regra, constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a prática de ato lesivo da boa fama contra o superior hierárquico.

III. Considera-se justa causa, para efeito de rescisão de contrato de trabalho do empregado bancário, a falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II.
- e) I e II.

**26.** Acerca da prorrogação da jornada de trabalho, julgue os itens abaixo:

I. A compensação de jornada por meio de banco de horas nunca pode ser realizada mediante acordo escrito entre empregado e empregador.

II. Como o limite de jornada diária poder ser estendido em no máximo 2 horas, totalizando 10 horas diárias, não se admite a jornada de 12 horas diárias, seguida de 36 de descanso.

III. É vedada a prorrogação do trabalho do menor, exceto no caso de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.

IV. A realização de hora extra no caso de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto depende, segundo a CLT, de prévia autorização da autoridade competente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) IV.
- d) I e II.
- e) nenhum dos itens.

27. No que diz respeito à periculosidade, julgue os itens abaixo:

- I. Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma eventual, sujeita-se a condições de risco.
- II. Segundo expressa disposição legal, caso a função exercida sujeite o empregado a periculosidade e, também, a agentes insalubres, ele não fará jus a dois adicionais, devendo optar por um deles.
- III. A exposição intermitente a condições perigosas dá direito à percepção do adicional de periculosidade de modo proporcional ao que seria a exposição permanente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

28. Julgue os itens abaixo:

- I. O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras.
- II. Durante as horas de prontidão, o empregado não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas.
- III. O adicional de transferência tem lugar somente nos casos em que o empregador transfere o empregado provisoriamente para outra localidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

29. Avalie os itens abaixo em relação às férias:

- I. O lapso temporal do aviso prévio não deve ser computado para fins de cálculo das férias.
- II. Durante as férias, o empregado poderá prestar serviços a outro empregador, mesmo que estes serviços não decorram de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.
- III. As férias configuram interrupção do contrato de trabalho, já que o trabalhador continua recebendo salários, mas não presta serviços.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

30. São proibidos trabalhos perigosos ou insalubres

- a) a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- b) a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- c) a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- d) a menores de dezoito anos.
- e) a menores de dezesseis anos.

#### DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

31. Quanto aos honorários advocatícios no processo do trabalho, é correto afirmar:

- a) São requisitos para a condenação ao pagamento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho: estar a parte assistida por sindicato da categoria profissional, comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo e comprovar não se encontrar em situação econômica que lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.
- b) É incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória.

- c) São devidos honorários advocatícios nas lides que não derivem da relação de emprego.
- d) São devidos honorários advocatícios sempre que a parte estiver assistida por sindicato da categoria profissional, exceto nas causas em que o sindicato atue como substituto processual.
- e) Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15%, não decorre simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.

**32.** Em relação aos prazos no processo do trabalho, é entendimento jurisprudencial dominante:

- a) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- b) Os prazos que se vencerem em sábado ou domingo, terminarão na segunda-feira seguinte.
- c) Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará na segunda-feira imediata, e a contagem, na terça-feira.
- d) O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho suspendem os prazos recursais.
- e) Não se aplica o prazo em dobro para a interposição de embargos declaratórios por pessoa jurídica de direito público.

**33.** Quanto à forma de reclamação e a notificação no dissídio individual trabalhista pelo rito ordinário, conforme previsões contidas na CLT e em súmulas da jurisprudência uniformizada do TST é correto afirmar:

- a) Recebida e protocolada a reclamação, dentro de 5 dias será notificado o reclamado para comparecer em audiência que será a primeira desimpedida, depois de 48 horas.
- b) Não é possível a acumulação num só processo de várias reclamações, ainda que se trate de empregados da mesma empresa, sem a participação da entidade sindical.
- c) Diante da complexidade das matérias que podem ser discutidas no processo trabalhista, com o advento das novas competências, como por exemplo, as indenizações por danos morais e por acidente do

trabalho e as responsabilidades relativas à terceirização de mão de obra, não mais se admite a reclamação trabalhista verbal.

- d) Ao receber a petição inicial, a Secretaria da Vara, conforme expressa previsão legal, deve enviar os autos imediatamente ao juiz para realização do juízo de admissibilidade.
- e) Presume-se recebida a notificação 48 horas depois de sua postagem; o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.

**34.** Em se tratando de dissídio individual, a norma processual trabalhista prevê, como regra, a realização de audiência UNA, ou seja, em um determinado ato processual será realizada a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento. Nesse sentido,

- a) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.
- b) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.
- c) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.
- d) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.
- e) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.

**35.** Hércules após quatro anos de contrato de trabalho com a empresa Alfa Beta Engenharia foi dispensado sem receber saldo salarial e verbas da rescisão. Ajuizou reclamação trabalhista, sendo designada audiência UNA (conciliação, instrução e julgamento) após dois meses da distribuição da ação. Ocorre que Hércules sofreu acidente na véspera da audiência, ficando hospitalizado e, portanto, impossibilitado de se locomover até a Vara

do Trabalho. Com base nas normas previstas em lei trabalhista, nessa situação,

- a) o advogado de Hércules fará toda a sua assistência em audiência, inclusive com poderes para depor pelo reclamante e realizar demais atos processuais.
- b) o reclamante Hércules poderá fazer-se representar na audiência por outro empregado que pertença a mesma profissão ou pelo Sindicato Profissional.
- c) o processo será arquivado ante a ausência do reclamante, que poderá ajuizar novamente a demanda quando estiver em condições plenas de saúde.
- d) a lei processual trabalhista não prevê a hipótese de substituição de empregado reclamante ausente, razão pela qual fica a critério do Juiz adiar a audiência ou arquivar o processo.
- e) a esposa, companheira ou algum parente até o terceiro grau poderão representar o trabalhador ausente com amplos poderes para inclusive prestar depoimento pelo reclamante.

**36.** O ônus da prova pode ser assim problematizado: quem deve provar? Em princípio, as partes tem o ônus de provar os fatos jurídicos narrados na petição inicial ou na peça de resistência, bem como os que se sucederem no envolver da relação processual. Quanto às provas no Processo do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) Qualquer que seja o procedimento, não é permitida a arguição dos peritos compromissados ou dos técnicos, uma vez que o laudo que apresentam já é suficiente como prova.
- b) As testemunhas devem, necessariamente, ser previamente intimadas para depor.
- c) Toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais.
- d) Cada uma das partes, no procedimento ordinário e também quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, não poderá indicar mais de 3 testemunhas.
- e) A testemunha que for parente até o segundo grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes,

prestará compromisso, mas o seu depoimento valerá como simples informação.

**37.** A sentença é um dos atos processuais praticados pelo juiz, por meio do qual entrega às partes a tutela jurisdicional. Uma vez não sujeita a recurso, opera-se a denominada coisa julgada. Com relação à sentença e à coisa julgada, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) As decisões cognitivas ou homologatórias não precisam indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, nem mesmo o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.
- b) Existindo na decisão evidentes erros ou equívocos de escrita, de datilografia ou de cálculo, não poderão os mesmos, em nenhuma hipótese, ser corrigidos.
- c) No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.
- d) O acordo celebrado após o trânsito em julgado da sentença ou após a execução da mesma prejudicará os créditos da União.
- e) Na decisão não será necessário mencionar as custas que devam ser pagas pela parte vencida, uma vez que se tratam de taxas automaticamente impostas pelo Poder Judiciário.

**38.** Mariana ajuizou reclamação trabalhista em face da autarquia federal X requerendo a rescisão indireta do seu contrato de trabalho, dando à causa o valor de R\$ 12.000,00. Para a audiência designada, a reclamante pretende levar como testemunhas quatro ex-colegas de trabalho, com as quais não possui amizade íntima. Neste caso,

- a) somente será permitida a oitiva de três testemunhas, não obedecendo a demanda ao procedimento sumaríssimo.
- b) será permitida a oitiva das quatro testemunhas uma vez que, no caso narrado, a Consolidação das Leis do Trabalho permite a oitiva de até seis testemunhas.
- c) será permitida a oitiva das quatro testemunhas uma vez que, no caso narrado, a Consolidação das Leis do Trabalho permite a oitiva de até cinco testemunhas.

- d) somente será permitida a oitiva de duas testemunhas, uma vez que a demanda obedece ao procedimento sumaríssimo em razão do valor da causa.
- e) não será permitida a oitiva de nenhuma das quatro ex-colegas, tendo em vista que a Consolidação das Leis do Trabalho veda expressamente o testemunho de ex-colega de trabalho

**39.** Em matéria recursal no Processo Judiciário do Trabalho, conforme normas da Consolidação das Leis do Trabalho,

- a) a interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal de decisão da Justiça do Trabalho que contrarie a Constituição Federal prejudicará a execução do julgado, que deverá ficar suspensa.
- b) no Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de cinco dias de decisão unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- c) o Ministro Relator denegará seguimento aos embargos no Tribunal Superior do Trabalho nas hipóteses de intempestividade e deserção, não cabendo recurso de tal decisão.
- d) o agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspenderá a execução da sentença até o seu julgamento final, diante do princípio da segurança jurídica.
- e) quando o recurso de revista tempestivo contiver defeito formal que não se repute grave, o Tribunal Superior do Trabalho poderá desconsiderar o vício ou mandar saná-lo, julgando o mérito.

**40.** Entre os pressupostos objetivos dos recursos está o preparo que, no processo do trabalho abrange o recolhimento das custas e também do depósito recursal, em relação ao qual é correto afirmar:

- a) As pessoas jurídicas de direito público, o Ministério Público e a massa falida não estão sujeitos ao recolhimento de depósito recursal.
- b) Havendo condenação solidária ou subsidiária de duas ou mais empresas, o depósito recursal feito por uma delas aproveita às demais.
- c) O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada

- deste implica na necessidade do recolhimento antecipado do depósito recursal, sob pena de deserção.
- d) É devido depósito recursal na interposição de recurso de revista na fase executória.
- e) O depósito recursal não é devido na interposição de recurso de sentenças meramente declaratórias ou constitutivas, mas é devido nos recursos de sentenças condenatórias.

## DIREITO CIVIL

Mário Godoy

**41.** Sobre domicílio civil, assinale a alternativa correta.

- a) O Código Civil veda a pluralidade domiciliar, sendo o domicílio da pessoa natural o lugar onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo.
- b) Se a pessoa natural não tiver residência habitual, seu domicílio será a capital do Estado onde ela for encontrada.
- c) O domicílio da União é Brasília.
- d) O domicílio do militar da Marinha é o lugar onde estiver matriculado o navio.
- e) Nos contratos escritos, os contratantes poderão especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

**42.** Sobre prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) A renúncia à prescrição pode ser anterior à consumação do prazo, e só valerá sendo feita sem prejuízo de terceiros.
- b) Não corre prescrição contra os incapazes.
- c) A ausência do País a serviço público da União é causa interruptiva da prescrição.
- d) A interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma única vez.
- e) Aplicam-se à decadência as causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

43. Sobre direito das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, fica resolvida a obrigação para ambas as partes.
- b) Na obrigação de dar coisa certa, os frutos percebidos são do credor, cabendo ao devedor os pendentes.
- c) Na obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, não pode o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, salvo se por caso fortuito ou força maior.
- d) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- e) Havendo mais de um devedor na obrigação divisível, qualquer um deles será obrigado pela dívida toda, face à presunção de solidariedade.

44. Sobre disposições gerais dos contratos, assinale a alternativa correta.

- a) Os contratos civis presumem-se desequilibrados e assimétricos, até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção.
- b) As partes não podem estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais, já que prevalecem, para todos os fins, os parâmetros definidos em lei.
- c) A alocação de riscos definida pelas partes pode ser objeto de anulação.
- d) A revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.
- e) É ilícito às partes estipular contratos atípicos.

45. Sobre penhor, hipoteca e anticrese, assinale a alternativa correta.

- a) Para que o condômino possa dar em garantia real a parte que tiver na coisa comum, é preciso o assentimento dos demais condôminos.
- b) O pagamento de uma ou mais prestações da dívida não importa exoneração correspondente da garantia.
- c) O credor anticrético pode reter o bem até que a dívida seja paga, extinguindo-se esse direito após decorridos dez anos da data da constituição da anticrese.

d) É válida a cláusula que autoriza o credor pignoratício a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

e) Os sucessores do devedor podem remir parcialmente a hipoteca na proporção dos seus quinhões.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

46. NÃO é hipótese de cabimento de ação rescisória quando a decisão que se pretende rescindir:

- a) tiver sido proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
- b) tiver ofendido a coisa julgada.
- c) resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida.
- d) for fundada em erro de direito verificável do exame dos autos.
- e) for proferida por juiz impedido.

47. No cumprimento provisório de sentença, exige-se que o exequente preste caução para a prática de levantamento de depósito. Essa caução, no entanto, pode ser dispensada em algumas hipóteses. Assinale a alternativa que expressa situação em que NÃO é dispensável a caução:

- a) quando o crédito é de natureza alimentar.
- b) quando o credor demonstrar situação de necessidade.
- c) quando estiver pendente de julgamento recurso especial contra o título exequendo.
- d) quando estiver pendente de julgamento agravo em recurso extraordinário contra o título exequendo.
- e) quando o título exequendo estiver em consonância com tese firmada em sede de repercussão geral.

48. No caso de deferimento de tutela provisória de urgência cautelar antecedente, a medida deve ser efetivada no prazo de:

- a) 15 dias, sob pena de nulidade superveniente.
- b) 15 dias, sob pena de cessação da eficácia.
- c) 15 dias, sob pena de ocorrência de hipótese de litigância de má-fé.

- d) 30 dias, sob pena de nulidade superveniente.  
e) 30 dias, sob pena de cessação da eficácia.

**49.** Ação proposta para a anulação de ato do Conselho Nacional de Justiça no exercício de suas atribuições constitucionais é de competência:

- a) do Supremo Tribunal Federal.  
b) do Superior Tribunal de Justiça.  
c) do próprio Conselho Nacional de Justiça.  
d) de Tribunal Regional Federal.  
e) da Justiça Federal de 1º grau.

**50.** NÃO tem legitimidade para propor ação civil pública:

- a) o Ministério Público.  
b) a Defensoria Pública.  
c) um Município.  
d) sociedade de economia mista.  
e) associação constituída há menos de um ano.

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

**51.** Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal e à luz da jurisprudência do STF, analise os itens abaixo:

I. É legítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica, mesmo em se tratando de vacinas testadas, aprovadas e registradas.

II. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

III. É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.  
b) se somente o item II estiver correto.

- c) se somente o item III estiver correto.  
d) se somente os itens I e II estiverem corretos.  
e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

**52.** Levando em consideração à jurisprudência do STF e STJ, assinale a alternativa correta em relação às ações constitucionais.

- a) Cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória à pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.  
b) É inconstitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança.  
c) O *habeas data* é a garantia constitucional adequada para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.  
d) Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.  
e) O cabimento da ação popular depende da demonstração de prejuízo aos cofres públicos.

**53.** À luz dos dispositivos constitucionais, em relação ao Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) ao Poder Judiciário é assegurada autonomia política, administrativa e financeira.  
b) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos, brasileiros natos, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.  
c) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

d) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

e) o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

**54.** Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, EXCETO:

- a) o Presidente e o Vice-Presidente da República.
- b) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- c) partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) o Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- e) a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

**55.** Considerando o texto constitucional de 1988, quanto ao direito à saúde, analise os itens abaixo:

I. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

II. É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

III. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou privado, tendo preferência as fundações e as entidades sem fins lucrativos.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

**56.** Ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, constitui requisito indispensável para acesso a cargos ou empregos públicos a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. A respeito das formas de provimento de cargo público, assinale a alternativa que está em consonância com os ditames da Lei nº 8.112/1990:

- a) O ingresso no serviço público é restrito aos brasileiros, natos ou naturalizados.
- b) O provimento dos cargos públicos no âmbito da Administração Pública federal direta far-se-á mediante ato do Presidente da República.
- c) O novo servidor, na data da posse, deve ter, no mínimo, 18 anos de idade.
- d) A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
- e) São formas de provimento de cargo público, entre outras: nomeação, promoção, ascensão, transferência e remoção.

**57.** A licitação destina-se a garantir a observância de vários princípios. São princípios previstos na Lei de Licitações, exceto:

- a) impessoalidade e igualdade
- b) probidade administrativa
- c) Vinculação ao instrumento convocatório e promoção do desenvolvimento regional sustentável
- d) Legalidade, moralidade e publicidade
- e) Publicidade e julgamento objetivo.

**58.** Assinale a alternativa correta.

- a) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida, única e exclusivamente, quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- b) Assim como ocorre na nomeação de dirigentes de autarquias, não cabe ao Poder Legislativo aprovar previamente o nome dos dirigentes das estatais como

- condição para que o chefe do Executivo possa nomeá-los.
- c) As fundações públicas de direito público, ao contrário das de direito privado, devem, como regra, realizar licitação para efetuar suas contratações.
- d) Os bens das fundações públicas de direito público, quando empregados diretamente na prestação de serviços públicos, possuem natureza de bens públicos.
- e) Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação e nos demais atos de gestão econômica promovidos por sociedade de economia mista.
- 59.** A respeito da remuneração dos agentes públicos, bem como da acumulação remunerada de cargos públicos, assinale a alternativa correta:
- a) A vedação à acumulação remunerada de cargos públicos não é estendida ao âmbito da Administração Pública indireta, uma vez que o objetivo primordial da norma é proteger as entidades públicas de direito público, sujeitas ao regime estatutário.
- b) Nos casos em que restar flagrantemente desrespeitado o princípio da isonomia, o poder Judiciário pode decidir no sentido de aumentar vencimentos de determinada categoria do funcionalismo.
- c) A Constituição Federal viabiliza a acumulação de dois cargos de saúde, uma vez verificada a compatibilidade de horário, tendo-se como consequência a possibilidade de dupla aposentadoria.
- d) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos quando houver incompatibilidade de horários. Exceção a essa regra é o caso de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- e) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor quando a remuneração de ambos resultar em montante superior ao do teto constitucional.
- 60.** Considerando o acordo de não persecução cível previsto na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, é correto afirmar que:
- a) Será celebrado pelo ente federativo lesado, com oitiva do Poder Judiciário.
- b) Dependerá de homologação judicial exclusivamente no caso de o acordo ocorrer depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- c) Considerará a repercussão social do ato de improbidade.
- d) Permitirá a redução em até 2/3 (dois terços) o valor do dano causado ao erário.
- e) Não poderá ser celebrado após a prolação da sentença condenatória ou no momento da execução da sentença condenatória, em virtude da desconstituição da presunção de inocência em favor do condenado operada pelo respectivo trânsito em julgado.

# Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-PR-Analista-Oficial-de-Justiça-06-08-22>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>